

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/40983	53941/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 12/12/2025
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/21087	2024/500.10.301/1143	Processo de migração
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Reposição da Legalidade Urbanística

Local da obra: Rua Professor Doutor João Carvalho, n.º 30, 2 andar, Real

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Em conformidade com a informação que antecede da DMGT-DU-Divisão de Apreciação Técnica (DAT), e para que seja determinada a reposição da legalidade urbanística do local em apreço conforme o previsto no artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redação atual, deve o proprietário da fração em apreço, referente ao processo acima melhor identificado, ser notificado nos seguintes termos:

Na sequência da ação inspetiva efetuada pelo Departamento de Fiscalização deste Município resultou a informação, cuja cópia segue no **anexo I** (informação n.º 91940 de 18 /09/2024).



· Com vista à reposição da legalidade urbanística nos termos do n.º 1 do artigo 102.º-A do RJUE, na sua redação atual e conforme a informação técnica da DAT, cuja cópia segue no **anexo II** (informação da DMGT-DU-DAT que consta do despacho n.º 2025-3522 de 03/04 /2025), é intenção deste Município ordenar:

i) A legalização das obras de alteração concretizadas no local em apreço (colocação de um sistema do tipo blackout (estore de rolo) em toda a extensão da varanda, com a colocação de perfis metálicos nos extremos e a meio vão da varanda), sem o devido controlo prévio, em conformidade com a informação da DAT **ou, em alternativa,**

ii) A execução de trabalhos de correção das desconformidades verificadas - reposição do local em pareço nas condições licenciadas.

· Assim, dispõe V. Exa. do prazo de **quinze (15) dias úteis** para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121.º e 122.º do Código de procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual.

· Findo o prazo, sem que V. Exa se pronuncie, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo a partir daí do prazo de **noventa (90) dias úteis para proceder voluntariamente a uma das ações acima identificadas.**

· Caso assim não proceda, este Município ponderará:

a) Se possível, a legalização oficiosa com taxas especialmente agravadas e exigir o respetivo pagamento ao seu proprietário, de acordo com o n.º 8 do artigo 102.º-A do RJUE, na sua redação atual;

b) A realização de trabalhos de correção nos termos da al. c) do n.º 2 do artigo 102.º e artigos 105.º, 107.º e 108.º do mesmo diploma legal e na sua redação atual.

Deverá ser dado conhecimento da presente diligência aos interessados.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

